Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

Devido à limitação do sistema, pois não comporta alguns recursos, a peça também foi enviada para o e-mail slc.comissao@trt18.jus.br

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO 043/2017 PERTENCENTE AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2017
PROCESSO TRT/18ª Nº 9768/2017

SENSORIAL DETECTORES DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ 09.054.830/0001-76, localizada a Rua Florianópolis, n. 45, sala 09, Paulo Lopes, SC, através de seu representante legal, vem mui respeitosamente, apresentar tempestivamente, CONTRARRAZÕES AO RECURSO impetrado pela empresa ONIX TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

I – DOS FATOS

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, pretende adquirir através do pregão em referência, 17 (dezesete) unidades de Portas Giratórias Detectoras de Metais. Verifica-se que, por intermédio deste certame, a empresa SENSORIAL DETECTORES DE SEGURANÇA LTDA fora declarada vencedora, por possuir a proposta que melhor se adequa as necessidades do órgão.

Inconformada, pela empresa ONIX TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA, em caráter meramente protelatório e desprovido de motivação plausível, sobreveio recurso em desfavor da empresa que lhe subscreve com a seguinte motivação:

II – DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

Para manifestar seu inconformismo e defender seus interesses, a lei assegura aos licitantes o direito de recorrer contra os atos que lhe pareçam eivados de vícios.

No entanto, para que o exercício do direito de petição, previsto na Constituição Federal e que fundamenta a existência dos recursos administrativos seja devidamente praticado, é necessário também à verificação do juízo de admissibilidade.

O juízo de admissibilidade é a verificação da existência dos requisitos legais necessários para o conhecimento do recurso, permitindo a análise do mérito das razões, tais requisitos são os pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, motivação, legitimidade e interesse.

Extrai-se da plataforma comprasnet a seguinte motivação, no que tange a protocolização da intenção recursal da empresa ONIX TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA:

INTENÇÃO DE RECURSO:

Intenção de recurso contra a habilitação da empresa SENSORIAL, com relação ao produto ofertado da empresa MPCÍ.

De acordo com o art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002, a pretensão de recorrer deve ser manifestada de forma imediata e motivada ao final da sessão que declarou o vencedor do certame, sendo-lhe concedido o prazo de três dias para a apresentação das razões do recurso.

Apresentada a intenção de recorrer, cabe ao pregoeiro tão somente avaliar a existência dos pressupostos recursais, afastando os recursos manifestamente protelatórios, que não detêm qualquer fundamentação para a sua interposição.

A ONIX TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA apresentou sua motivação fundada em vícios no que tange ao produto ofertado, no entanto o mérito de seu recurso visa fato totalmente infundado e sem quaisquer relação com a motivação oficialmente selecionada no sistema de compras governamentais.

Mesmo diante de um quadro em que o mérito sequer poderia ser analisado pelo pregoeiro, em função da motivação ser totalmente distinta da real intenção de sua interposição recursal, contrarrazoaremos a seguir:

III - DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO

Preliminarmente, faremos uma breve abordagem do histórico da Sensorial Detectores como fornecedora da

união. A SENSORIAL DETECTORES DE SEGURANÇA LTDA desde o ano 2007, é fornecedora dos principais órgãos públicos brasileiros com fornecimentos que atendem plenamente as necessidades de segurança desses órgãos públicos, formando uma parceria de confiança e respeito entre as partes.

A seguir relacionaremos diversas licitações com o fornecimento do mesmo objeto ora em debate para os mais variados órgãos governamentais, atendendo integralmente aos editais, com a apresentação de todas as documentações exigidas, desde laudos técnicos, documentos de habilitação e demais requisitos legais. Cita-se nesta relação os Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais de Justiça, dentre outros. Veja-se:

EMPRESA PÚBLICA

PREGÃO

DATA

RESULTADO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

0142/2008

31/10/2008

ACEITA/HABILITADA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

29/2008

12/12/2008

ACEITA/HABILITADA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

24/2008

10/07/2008

ACEITA/HABILITADA

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM CURITIBA

15/2011

16/03/2012

ACEITA/HABILITADA

JUSTIÇA FEDERAL DE GOIÁS

33/2015

07/12/2015

ACEITA/HABILITADA

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

06/2015

04/12/2015

ACEITA/HABILITADA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

12/2015

20/11/2015

ACEITA/HABILITADA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

22/2015

10/12/2015

ACEITA/HABILITADA

BB TECNOLOGIA S.A

06-2016

04/02/2016

ACEITA/HABILITADA

BANCO DO BRASIL

2016-00739

16/03/2016

ACEITA/HABILITADA

JUSTIÇA FEDERAL DE GOIÁS

33/2015

07/12/2015

ACEITA/HABILITADA

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

06/2015

04/12/2015

ACEITA/HABILITADA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
12/2015
20/11/2015
ACEITA/HABILITADA
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

22/2015

10/12/2015
ACEITA/HABILITADA
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

56/7068

12/05/2015
ACEITA/HABILITADA

PROCURADORIA DA REPUBLICA BAHIA

09-2016

29/03/2016
ACEITA/HABILITADA
BANCO DO BRASIL S.A.
739/2016
16/03/2016
ACEITA/HABILITADA
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA

09/2016

29/03/2016
ACEITA/HABILITADA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ
15/2016

19/04/2016

ACEITA/HABILITADA
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
014/2016

18/04/2016

ACEITA/HABILITADA
MINISTÉRIO DA DEFESA - 44º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
9/2016

02/06/2016

ACEITA/HABILITADA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20/2016

16/06/2016

ACEITA/HABILITADA
BB TECNOLOGIA S.A.
6/2016

04/02/2016

ACEITA/HABILITADA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORTE/CENTRO-OESTE (INSS)
2/2016

26/09/2016

ACEITA/HABILITADA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
46/2016

22/09/2016

ACEITA/HABILITADA
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
12/2016

18/11/2016

ACEITA/HABILITADA
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU EM SÃO PAULO
60/2016

02/12/2016

ACEITA/HABILITADA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

96/2016

13/12/2016

ACEITA/HABILITADA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
129/2016
01/12/2016
ACEITA/HABILITADA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
20/2016
02/12/2016
ACEITA/HABILITADA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
100/2016
03/08/2017
ACEITA/HABILITADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
09/2017
26/04/2017
ACEITA/HABILITADA
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 15º REGIÃO
383/2017
29/08/2017
ACEITA/HABILITADA
JUSTIÇA FEDERAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
24/2017
29/08/17
ACEITA/HABILITADA

Conforme pode ser observado, a SENSORIAL há muito tempo é fornecedora deste tipo de objeto, atendendo sempre aos itens constantes nos editais e suas particularidades, com legítimo reconhecimento de que cumpre plenamente suas obrigações, jamais se comportando frente ao mercado de forma inidônea.

3.1 DA INEXISTÊNCIA DE CONSÓRCIO ENTRE MPCÍ E SENSORIAL

Insurge-se as alegações da recorrente, que pleiteia a reforma da decisão proferida pelo nobre pregoeiro, de que esta empresa violou regra editalícia 2.2, indicando suposta vinculação por intermédio de consórcio junto a empresa MPCÍ que sequer participou da presente licitação, frisa-se que tais argumentos dentre outros constantes na peça impugnatória não merecem qualquer respaldo, pelo que será exposto a seguir:

3.1.1. DO CONCEITO DE CONSÓRCIO E SOCIEDADE

Não satisfeita, a empresa recorrente apontou aspecto desnecessário ao regular deslinde deste feito, qual seja, a suposta existência consórcio entre a empresa Sensorial Detectores de Segurança LTDA EPP e MPCÍ Metal Protector LTDA.

Preliminarmente, entende-se por consórcio o seguinte:

O consórcio de empresas consiste na associação de companhias ou qualquer outra sociedade, sob o mesmo controle ou não, que não perderão sua personalidade jurídica, para obter finalidade comum ou determinado empreendimento, geralmente de grande vulto ou de custo muito elevado, exigindo para sua execução conhecimento técnico especializado e instrumental técnico de alto padrão. De acordo com o artigo 279 da Lei 6.404/1976, o consórcio será constituído mediante contrato aprovado pelo órgão da sociedade competente para autorizar a alienação de bens do ativo permanente do qual constarão: I - a designação do consórcio, se houver; II - o empreendimento que constitua o objeto do consórcio; III - a duração, endereço e foro; IV - a definição das obrigações e responsabilidades de cada sociedade consorciada, e das prestações específicas; V - normas sobre o recebimento de receitas e partilha de resultados; VI - normas sobre administração do consórcio, contabilização, representação das sociedades consorciadas e taxa de administração, se houver; VII - forma de deliberação sobre assuntos de interesse comum, com o número de votos que cabe a cada consorciado; VIII - contribuição de cada consorciado para as despesas comuns, se houver.

Já por sociedade temos o seguinte conceito:

Sociedades empresárias são as organizações econômicas dotadas de personalidade jurídica e patrimônio próprio, constituídas, ordinariamente, por mais de uma pessoa, que têm como objetivo a produção ou a troca de bens ou serviços com fins lucrativos - art. 981 do Código Civil.

Observa-se que o alegado pela empresa recorrida não condiz com a realidade fática e busca apenas protelar o resultado prático do presente certame. Haja vista a inexistência de controle de qualquer natureza por parte da empresa fabricante junto a fornecedora, inexistindo portanto, no quadro societário da SENSORIAL DETECTORES sócios da MPCÍ, possui quadro social próprio, administradores, corpo funcional, balanços contábeis próprios sem quaisquer vínculos empresariais que configure ilegalidade.

A SENSORIAL possui relações comerciais com a MPCÍ e ofertou para este certame um produto de MARCA MPCÍ, reconhecido pelo mercado como um produto de qualidade que atende plenamente os requisitos da presente licitação. Desta forma, a SENSORIAL poderá revender produtos da MPCÍ ou de qualquer outro fabricante, é soberana em suas atividades comerciais, cumpre suas obrigações fiscais com os governos e não há fatos que a desabone.

3.1.2 DA DESCONFIGURAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO

Impende ressaltar, que o entendimento existente pelos tribunais acerca do assunto, são categóricos ao afirmar que o simples vínculo de parentesco não configura a existência de grupo econômico, o debate é a personalidade jurídica.

Segundo precedentes de Tribunais Trabalhistas, "O simples fato da presença de pessoas com laços parentais ou familiar, por si só, não se afigura condição suficiente para o reconhecimento de grupo econômico."

Encontra-se nítido e cristalino que o mero laço afetivo, parental e/ou conjugal não é capaz de ensejar a existência de grupo econômico entre a empresa fornecedora e fabricante, sendo as informações acerca de regime de bens e até endereços residenciais irrelevantes.

Conforme entendimento da 11ª Turma do TRT-2, para se configurar grupo econômico, "é necessário que haja interligação entre as personalidades jurídicas. Há necessidade de prova do controle ou administração comum, ou laços de direção ou coordenação em face das atividades."

Corroborando com tais alegações têm-se os seguintes entendimentos jurisprudenciais:

GRUPO ECONÔMICO. NÃO CARACTERIZADO. Inexistindo identidade societária entre as empresas, bem como prova de direção, controle ou administração por outra empresa, não há como caracterizar o grupo econômico nos moldes do art. 2º, parágrafo 2º, da CLT. (TRT-2 - AP: 02596009319925020445 SP 02596009319925020445 A20, Relator: ROSANA DE ALMEIDA BUONO, Data de Julgamento: 25/08/2015, 3ª TURMA, Data de Publicação: 01/09/2015).

Ainda:

GRUPO ECONÔMICO. DESCARACTERIZAÇÃO. Se os elementos encontrados nos autos não revelam com clareza a presença de relação de direção, controle, administração ou coordenação entre os executados originais e as demais pessoas incluídas na polaridade passiva da lide, não há que se falar em formação de grupo econômico, a despeito do laço familiar que os unia. Não há como negar que, em regra, o vínculo familiar gera inevitável convergência de interesses, que, por vezes se traduz em ações como doações e empréstimos entre os familiares. No entanto é temerário e desprovido de sustentação extrair dessas ações a conclusão de que o grupo familiar tenha se convolado em um grupo econômico, nos moldes preconizados no art. 2º, § 2º, da CLT, pois este pressupõe vinculação de interesse empresarial, e não apenas familiar. Assim, impõe-se a exclusão das pessoas indevidamente coligidas ao polo passivo da ação e, conseqüentemente, a liberação da penhora realizada sobre seu patrimônio. Apelo dos executados provido. (TRT-23 - AP: 54200507623001 MT 00054.2005.076.23.00-1, Relator: DESEMBARGADOR JOÃO CARLOS, Data de Julgamento: 25/04/2012, 2ª Turma, Data de Publicação: 08/05/2012).

No caso vertente, a empresa Sensorial, repita-se, constituída há 10 (dez) anos e fornecedora dos mais diversos órgãos públicos, tem vida própria e atua de forma independente no mercado em que está inserida.

Portanto, a simples existência de parentesco, não macula a conduta da demandada, nem torna ilegal sua participação em licitações.

Salienta-se que não é rara a provocação da licitante ONIX TECNOLOGIA DO BRASIL, ao Poder Judiciário com tais fundamentos, portanto, em suas investidas, fora de forma incontestada, instado à análise e julgamento de controvérsias neste flanco, negando-lhe provimento.

A SENSORIAL não omite fatos ou a MARCA dos produtos que oferta, sempre zelando em oferecer produtos que possam atender plenamente o objeto dos certames dos quais participa com preços competitivos e acima de tudo qualidade. No que tange à preços de aquisição junto aos seus fornecedores procura adquirir com as melhores condições possíveis visando maior competitividade no mercado.

3.2 DO DIREITO CONSTITUCIONAL AO TRABALHO

Ainda, é sabido que o Direito ao Trabalho digno é o mais importante dos direitos fundamentais. A Constituição brasileira designa o trabalho como um direito social fundamental:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Além disso, como fundamento da ordem econômica:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995).

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Igualmente afirma o primado do trabalho como base da ordem social:

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça

sociais.

O mesmo direito está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em diversos tratados e declarações de direito internacional, destacando-se a Resolução n.º 34/46, de 1979, da Assembleia Geral da ONU, que enuncia claramente que: "a fim de garantir cabalmente os direitos humanos e a plena dignidade pessoal, é necessário garantir o direito ao trabalho".

Analisando friamente os fundamentos da empresa ONIX, quaisquer das pessoas citadas em sua peça não possuem direito ao trabalho, simples e puramente por possuírem grau de parentesco.

Parece um tanto quanto absurdo obstar a promoção de seu desenvolvimento social e econômico em relação ao direito ao trabalho, a pessoas que trabalham de forma independente, em empresas independentes.

Sugerem ainda, que o livre arbítrio no que tange ao seu trabalho esteja condicionado e limitado por seu parentesco.

A fundamentação da empresa recorrente viola totalmente princípios basilares constantes no diploma legal das licitações, faltando com a razoabilidade e proporcionalidade. Atribuindo pessoalidade ao debate, confundindo uma discussão que deveria ser direcionado à personalidade jurídica de uma empresa, desprovido de qualquer comprovação documental, sugerindo à validade de suas alegações em meras falácias.

3.3. DOS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS

A celebração de contratos entre a Administração Pública e empresas da iniciativa privada é um procedimento regulado pela Lei de Licitações, em conformidade com os princípios que norteiam o Direito Administrativo.

Observa-se que o Princípio da Ampla Competitividade nos certames de licitação, conduz o gestor a buscar sempre o maior número de competidores interessados no objeto licitado. Nesse sentido, a Lei de Licitações veda estabelecer, nos atos convocatórios, exigências que possam, de alguma forma, admitir, prever ou tolerar, condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação.

Neste flanco, não se admite a discriminação arbitrária na seleção do contratante, sendo insuprimível o tratamento uniforme, tendo em vista que, nos termos do art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos

Salienta-se, portanto, que, a licitação destina-se a garantir não só a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, como também a observância do princípio constitucional da isonomia, atribuindo possibilidades idênticas entre os licitantes de oferta de suas propostas.

Como demonstrado durante todo o certame licitatório, a empresa seguiu exatamente o rol de documentos exigidos pelo edital, obedecendo todas as exigências vinculadas a habilitação, não devendo ser desclassificada.

3.4 DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Não satisfeita, a empresa recorrente apontou a ausência de atendimento das especificações do edital, ocorre que tal alegação não merece prosperar.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, in verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

[...]

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

[...]

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor. (grifo nosso)

Nesse sentido, no ensina Maria Sylvia Zanella Di Pietro¹:

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelopeproposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.

Como bem destaca Fernanda Marinela², o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei. (grifos nosso)

Como demonstrado, a empresa seguiu exatamente o rol de documentos exigidos pelo edital, obedecendo todas as exigências e acertadamente habilitada pela comissão de licitação, seguindo com o oferecimento de equipamento com estrito rigor técnico exigido pelo instrumento convocatório, e, finalmente, sagrada vencedora do aludido certame.

Assim, a alegação de ofensa aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, bem como o da isonomia, incitados pela parte recorrente, não merecem quaisquer consideração, já que durante todo certame fora oportunizado oferecimento de propostas, apresentação de documentos, interposição de recursos e livre manifesto perante o ilustríssimo (a) pregoeiro (a).

Cabe a observação que a empresa SENSORIAL DETECTORES DE SEGURANÇA LTDA sempre celebra seus contratos com profundo comprometimento e atendimento à todas as especificações técnicas, com a devida comprovação jurídica e financeira para seu fornecimento, todas, previstas nos certames licitatórios.

Salienta-se que em todas as fases do certame a empresa acostou todos os documentos exigidos, tanto que foi declarada vencedora por intermédio da respeitável decisão do senhor pregoeiro.

Sem sombra de dúvidas não fora demonstrada outra motivação para a interposição de recurso senão para protelar o desfecho do presente pregão.

A contratação dos produtos e serviços prestados pela SENSORIAL DETECTORES DE SEGURANÇA LTDA, possuem qualidade indiscutível, principalmente no que se refere a aquisição de detectores de metais tipo Porta Giratória, objeto desta licitação, contando com fornecimento de equipamentos da mesma natureza instalados no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, dentre outros, demonstrando "know-how" reconhecido para o fornecimento.

Diante desses esclarecimentos, solicita-se a homologação do certame em favor da empresa SENSORIAL DETECTORES DE SEGURANÇA LTDA, permanecendo vencedora, desconsiderando os argumentos infundados e protelatórios da parte contrária.

IV - DOS PEDIDOS

Ante o exposto requer:

- a) O conhecimento e provimento da presente Contrarrazão a fim de confirmar o teor da decisão anteriormente prolatada.
- b) O indeferimento integral do pleito da empresa empresa ONIX TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.
- c) A declaração da empresa SENSORIAL DETECTORES DE SEGURANÇA LTDA, como VENCEDORA no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2017, PROCESSO TRT/18ª Nº 9768/2017.

NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.

Paulo Lopes, 02 de outubro de 2017

SENSORIAL DETECTORES LTDA

Fechar